

Angra III bloqueia entrada de dinheiro novo no Brasil

Carlos Brezina

Da UPI

ivaldo Cavalcanti 4.11.88

Washington — Os bancos privados suspenderam o desembolso da segunda parcela do pacote financeiro acertado este ano por causa dos problemas do Brasil para obter um crédito de US\$ 500 milhões do Banco Mundial.

“O Banco Mundial pediu ao Brasil um estudo sobre a validade econômica da projetada usina nuclear de Angra III, essencial para obter o crédito de US\$ 500 milhões destinados ao setor de energia, mas o Governo até agora não admitiu fazê-lo”, disse uma fonte financeira à agência de notícias UPI.

A perdurar o impasse com o Banco Mundial, ficam ameaçados os dois desembolsos de US\$ 600 milhões cada, que integram o acordo que o Brasil concluiu com os bancos comerciais, ou talvez seja preciso renegociá-lo, continuou a fonte, expressando, entretanto, otimismo.

“Achamos que é melhor não apressar demais as coisas”, comentou por sua vez uma alta fonte do Brasil, pedindo para não ser identificada. “Temos grandes saldos na balança comercial e um aumento firme das reservas”, acrescentou à UPI, enfatizando: “Não precisamos de dinheiro de imediato”.

Outros funcionários brasileiros, entretanto, estimam que a paralisação dos créditos causaria “uma crise no abastecimento de energia a partir de 1993”.

Em fevereiro do ano passado, o Brasil declarou uma moratória do pagamento de juros de sua dívida de quase US\$ 70 bilhões junto aos bancos privados. Em seguida, estendeu a medida aos débitos junto ao Clube de Paris, entidade informal que reúne os credores oficiais — Bancos Centrais.

Em junho passado, o Brasil fechou um acordo com a comunidade financeira, abrangendo um compromisso com os bancos particulares para quitar os juros e obter US\$ 5 bilhões 200 milhões.

Eletricidade

Do pacote dos bancos US\$ 2 bilhões 850 milhões correspondiam a financiamentos paralelos com o Banco Mundial, dos quais 750 milhões em co-financiamentos, com 500 milhões vinculados ao empréstimo para o setor de eletricidade e 250 milhões para crédito de ajuste, disseram fontes financeiras.

Do dinheiro dos bancos comerciais, US\$ 4 bilhões foram desem-



Maílson negocia com FMI novas metas para 89

bolsados em 14 de novembro e restaram 600 milhões a desembolsar a partir de primeiro de dezembro e outros 600 para o primeiro semestre de 1988 (US\$ 250 milhões de cada parcela estão vinculados ao empréstimo do Banco Mundial para o setor energético).

O problema do crédito para a energia começou com a recente decisão do Governo José Sarney de passar as obras das centrais atômicas da Nuclebrás para a Eletrobrás, outra empresa estatal. As usinas nucleares, questionadas no próprio Brasil, sob argumento de que não passam de elefantes brancos, geradores de prejuízos.

Angra I está concluída. Angra II está relativamente avançada, mas Angra III só conseguiu 10% dos investimentos projetados.

O Banco Mundial, cujo crédito se destinaria basicamente ao saneamento do setor energético, pediu um estudo sobre a viabilidade econômica de Angra III, mas o Governo brasileiro se negou, em meio a pressões militares, sob alegação de que o programa nuclear é área de segurança e soberania nacional.

Compreensão

O Banco Mundial, segundo comentários em Washington, compreende a posição brasileira, mas de qualquer modo necessita de um estudo e continua conversando sobre a questão.

O Brasil negocia também outros três empréstimos de US\$ 500 milhões cada com o banco. Esses créditos se destinariam a ajuste es-

trutural do setor financeiro, comércio externo e agricultura.

A dívida externa do Brasil supera os US\$ 120 bilhões e o País deve conseguir um superávit comercial recorde, este ano, de US\$ 19 bilhões.

A situação se complica porque o desembolso da primeira parcela dos bancos particulares está também vinculado parcialmente ao cumprimento de um acordo de crédito stand by com o Fundo Monetário Internacional (FMI), além de uma negociação bem-sucedida com o Banco Mundial para o empréstimo destinado ao setor energético.

O Brasil não cumpriu as metas estabelecidas com o FMI para o crédito aprovado em 23 de agosto no valor de US\$ 1 bilhão, 100 milhões de direitos especiais de saques (DES, moeda contábil do FMI com cotação um pouco diferente do dólar). Do total, o Brasil já recebeu US\$ 365 milhões. Outros US\$ 35 milhões, que deviam ser desembolsados neste final de ano, agora estão suspensos pelo não-cumprimento das metas para setembro, assinalaram as fontes. O acordo com o FMI expira em fevereiro de 1990.

O ministro da Fazenda Maílson Ferreira da Nóbrega disse, recentemente, que o Brasil poderia formular um pedido de “isenção técnica” (Waiver) do cumprimento, mas isso ainda depende de conversações com o FMI, não apenas sobre a isenção, mas também sobre as metas econômicas de 1989.